



saúde urbana



Apresentação

Saúde nas cidades: desafios do século XXI

Eliseu Alves Waldman

O século XX caracterizou-se por um rápido avanço do conhecimento científico e tecnológico, assim como por profundas transformações sociais, econômicas e demográficas. Tais mudanças alcançaram maior velocidade nas últimas décadas, acompanhando o processo de globalização e o aumento do intercâmbio internacional em diferentes campos de atividades, os quais influenciaram fortemente as condições e estilos de vida atuais do homem, em todo o globo (Beaglehole & Bonita, 1997).

Observamos também mudanças nos padrões de morbimortalidade caracterizados pelo declínio significativo da carga das doenças infecciosas e pelo aumento da importância das doenças crônicas não transmissíveis e dos agravos decorrentes de traumas e lesões intencionais e não intencionais (Beaglehole & Bonita, 1997; Fauci et al., 2005). Além disso, assistimos a mudanças da estrutura demográfica global, com rápido crescimento populacional, aceleração do processo de urbanização, queda da fecundidade, aumento da expectativa de vida e envelhecimento da população, sendo que os três últimos mostraram-se mais intensos nos países industrializados e de médio desenvolvimento (Roberts, 2011).

Vários autores destacam que a urbanização foi, isoladamente, responsável pela mais significativa

transformação demográfica do último século, período no qual a proporção da população urbana global elevou-se de 20% para mais de 50% (Galea & Vlahov, 2015; Stimson, 2013; WHO, 2016). O crescimento rápido e geralmente não planejado dos centros urbanos, especialmente em países de baixo e médio desenvolvimento, frequentemente associa-se a pobreza, desemprego, moradias inadequadas, aglomeração, doenças transmitidas por vetores, aumento do tráfego de veículos, degradação e poluição ambiental. Por sua vez, a infraestrutura urbana nesses países é insuficiente para responder às demandas de saneamento, educação e saúde dessas populações (Moore et al., 2003).

A partir do final do século XX, além das áreas de pobreza endêmica em boa parte dos países em desenvolvimento, surgem alguns fatores que ampliam a complexidade dos problemas urbanos em boa parte do globo. Entre eles, a intensificação da instabilidade política e militar na Europa oriental, nas regiões mais pobres da Ásia e África e, mais recentemente, os conflitos do Oriente Médio, que ampliaram expressivamente as correntes migratórias, acirrando os problemas sociais já existentes, principalmente nos grandes centros urbanos de países ricos e de médio desenvolvimento. Temos, então, um aumento da demanda não planejada dos

ELISEU ALVES WALDMAN é professor do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da USP.

serviços de saúde, além de riscos de uma potencial mudança dos padrões de morbimortalidade nas grandes cidades (Carballo & Nerukar, 2001).

Um fator adicional de preocupação, de caráter global, e com foco especial nos grandes centros urbanos, resulta das alterações recentes do comportamento das doenças infecciosas (Fauci & Morens, 2012). Tal inquietação contrapõe-se à visão otimista vigente até os anos 1980, em face da tendência declinante que apresentavam. Assistimos, então, nos últimos 30 anos, a alterações nos padrões de transmissão, que aumentaram rapidamente a velocidade da disseminação das doenças infecciosas em escala várias vezes maior do que aquela registrada em outros períodos da história (Satcher, 1995; Fauci & Morens, 2012). Vários fatores contribuíram para essa mudança do comportamento, destacando-se o rápido aumento da população e da urbanização e a ampliação do intercâmbio internacional entre as últimas décadas do século XX e o início do XXI, além da elevada capacidade de mutação e adaptação dos microrganismos (Fauci & Morens, 2012).

O caráter imprevisível das doenças infecciosas e o potencial pandêmico de muitas delas podem determinar rápida elevação da morbimortalidade, ultrapassando a capacidade de resposta dos serviços de saúde, além de causar forte impacto econômico nos países atingidos (Morens et al., 2004). Eventos com essas características têm sido cada vez mais frequentes e criam situações de emergência em saúde pública de importância internacional. Como exemplos, assistimos nos últimos 15 anos a pandemias de Sars (*severe acute respiratory syndrome*) e da influenza pandêmica (H1N1) e grave epidemia causada pelo vírus ebola, provocando elevado número de mortes em três países do continente africano (Peiris et al., 2003; Taubenberger & Morens, 2010). Tais fatos fizeram com que as doenças infecciosas voltassem a ser incluídas na agenda de prioridades de organismos internacionais.

Um exemplo atual e que situa o Brasil como o epicentro de uma pandemia que já atingiu a Oceania, boa parte dos países latino-americanos e do Caribe e ainda Cabo Verde, país da África ocidental, é a emergência do vírus zika, transmitido pelo mesmo mosquito vetor da dengue e da chikungunya, o *Aedes aegypti*, presente principal-

mente em áreas urbanas. Sua presença no Brasil foi confirmada em maio de 2015 e, poucos meses depois, o vírus zika já havia se disseminado pela maioria dos estados brasileiros e boa parte dos países da América Latina e Caribe. Vale lembrar que tal fato ocorreu pouco mais de um ano após a emergência do vírus chikungunya na mesma região (Dyer, 2016; Fauci & Morens, 2016).

O vírus zika é ainda pouco conhecido, tendo sido isolado pela primeira vez de um primata não humano, em Uganda, em 1947. Até recentemente, circulava entre primatas selvagens em países da África e Ásia, com raros registros de infecção humana, até a ocorrência de uma epidemia na Micronésia, em 2007 (Faye et al., 2014). Desde seu isolamento até a epidemia na Polinésia Francesa, em 2013, a infecção pelo vírus zika era caracterizada por manifestações clínicas pouco intensas ou inaparentes, semelhantes às da dengue, porém, sem registros de formas hemorrágicas ou de óbitos. No entanto, na Polinésia foram relatados dezenas de casos de síndrome de Guillain-Barré e outras manifestações neurológicas (Fauci & Morens, 2016). Mas o que vem preocupando seriamente as autoridades sanitárias brasileiras e de organismos internacionais é a rapidez com que esse vírus disseminou-se e, pelos registros no Brasil, o aumento da ocorrência de microcefalia, possivelmente associada ao zika. Ainda que faltem as conclusões dos estudos necessários para a confirmação do nexo causal entre a infecção e a malformação congênita, a potencial gravidade dos fatos levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a cogitar declarar estado de emergência em saúde pública de importância internacional. Esse exemplo mostra a rapidez e a gravidade que a emergência de doenças infecciosas pode assumir, atingindo principalmente os aglomerados urbanos (Fauci & Morens, 2016).

Vale assinalar que desastres naturais e acidentes ambientais também podem atingir amplos territórios, às vezes vários países, causando com frequência, além de impacto na economia, emergências de saúde pública, para as quais os países e os organismos internacionais devem estar preparados (Spencer et al., 1977). O recente acidente em Mariana (MG), devido ao rompimento das barragens de uma mineradora, é um exemplo.

Tal panorama destaca a diversidade e a complexidade das questões relativas à saúde nas ci-

dades como uma prioridade em políticas públicas em todo o globo, ficando claro também que o equacionamento adequado de soluções para tais problemas deve envolver vários setores, especialmente, saúde, ambiente, habitação, energia, transporte e planejamento urbano (Moore et al., 2003).

O objetivo deste dossiê é apresentar alguns dos mais importantes tópicos relativos à saúde urbana, que constituirão desafios para a saúde global nas próximas décadas.

O primeiro texto, de Helena Ribeiro e Heliana Comin Vargas, tem por foco urbanização, globalização e saúde. Introduce o tema discutindo saúde urbana e qualidade ambiental, para em seguida tratar dos processos de globalização e de urbanização, apresentando ao final o exemplo da urbanização brasileira.

Em seguida, temos um artigo de Rita Barradas Barata, abordando saúde nas grandes metrópoles e populações socialmente vulneráveis, em que se discute a constituição de diversos grupos socialmente vulneráveis e as repercussões dessas condições sobre o estado de saúde, exposição à violência, experiência de discriminação e alguns comportamentos de risco para a saúde. Apresentam-se três grupos particularmente vulneráveis vivendo na zona central da cidade de São Paulo: pobres urbanos, migrantes sul-americanos e pessoas em situação de rua.

O terceiro texto, de Fernando Aith e Nayara Scalco, contempla a questão do direito à saúde de pessoas em condições de vulnerabilidade em centros urbanos, contextualiza o tema e os conceitos, e apresenta uma análise crítica sobre a organização do SUS para a atenção à saúde dessa população. Explora-se, assim, a questão do direito à saúde como um princípio constitucional e a complexidade para a sua plena efetivação, discutindo também o papel estratégico dos centros urbanos e o fato de eles concentrarem grande número de pessoas em condições de vulnerabilidades biológicas, socioeconômicas e culturais.

O artigo seguinte, de Deisy Ventura, aborda mobilidade humana e saúde global. Verifica-se o crescimento da interface entre mobilidade humana e saúde global, sustentando-se que a globalização econômica não propiciou a plena liberdade de circulação internacional das pessoas, pois a ampla maioria dos deslocados forçados dirige-

-se a países em vias de desenvolvimento, onde é acolhida cerca da metade do contingente de migrantes internacionais. A autora finaliza defendendo a retomada da centralidade do Regulamento Sanitário Internacional como a melhor forma de garantir o direito de migrar durante as crises sanitárias de alcance global.

O quinto texto, de Caren Ruotti e Maria Fernanda Tourinho Peres, tem por foco violência urbana e saúde, apresentando a variedade de fenômenos que o tema pode abranger e salientando o caráter multidisciplinar da produção do conhecimento a seu respeito. O artigo tem dois objetivos: circunscrever a problemática da “violência urbana”, tomando como foco o município de São Paulo, e discutir as consequências de exposição a esse tipo de violência e possibilidades de intervenção, tendo como referência o olhar específico do campo da saúde. Nesse sentido, apresenta-se a violência como um problema de saúde pública e destaca-se a proposta defendida pela OMS de promoção de ações integradas e intersetoriais como estratégia preferencial com o intuito de prevenir a violência.

Na sequência, temos um texto de Eunice A. B. Galati, Tamara N. de L. Camara, Delsio Natal e Francisco Chiaravalloti-Neto, com foco principal nas mudanças climáticas e na emergência de doenças transmitidas por vetores. Destaca-se assim a importância das mudanças climáticas por estarem associadas não só a condições extremas, como desastres naturais, mas também ao aumento da disseminação de doenças transmitidas por vetores. Analisa-se o aquecimento global e sua influência no aumento da densidade populacional de mosquitos vetores de doenças de relevância em saúde pública, como, por exemplo, a leishmaniose visceral, a filariose e as arboviroses, ou as já mencionadas dengue, chikungunya e zika. Por fim, ressalta-se o impacto dessas doenças na saúde pública e sua repercussão nos esforços de vigilância e controle.

Finalizando o dossiê, temos um texto de Marcia Faria Westphal e Sandra Costa Oliveira, contemplando o tema das cidades saudáveis. Nesse artigo, as autoras apresentam os referenciais teóricos da estratégia proposta pela OMS de Cidades Saudáveis. Discutem-se dados da realidade urbana brasileira e defende-se a mudança do enfoque

de intervenção em saúde urbana, tendo em vista a complexidade dos problemas e as estratégias necessárias para ampliar o desenvolvimento das potencialidades locais. Propõe-se, ainda, o compromisso das autoridades locais com políticas públicas intersetoriais, o empoderamento da população e a busca de equidade social.

Os artigos incluídos neste dossiê oferecem ao leitor subsídios para a melhor compreensão das diferentes dimensões que envolvem o tema, assim como para identificar potenciais prioridades para políticas públicas voltadas à promoção da qualidade de vida das populações urbanas e da equidade em saúde.

BIBLIOGRAFIA

- BEAGLEHOLE, R.; BONITA R. *Public Health at the Crossroads*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.
- DYER, O. "Zika Vírus Spread Across Americas as Concerns Mount Over Birth Defects", in *BMJ*, 351, 2015, p. h6.983.
- CARBALLO, M.; NERUKAR, A. "Migration, Refugees, and Health Risks", in *Emerging Infectious Diseases* 7(3 Suppl.), 2001, pp. 556-60.
- FAUCI, A. S.; TOUCHETTE, N. A.; FOLKERS, G. K. "Emerging Infectious Diseases: a 10-year Perspective from the National Institute of Allergy and Infectious Diseases", in *Emerging Infectious Diseases*, 11(4), 2005, pp. 519-25.
- FAUCI, A. S.; MORENS, D. M. "The Perpetual Challenge of the Infectious Diseases", in *New England Journal of Medicine*, 366, 2012, pp. 454-61.
- _____. "Zika Virus in the Americas – Yet Another Arbovirus Threat", in *New England Journal of Medicine*, 2016.
- FAYE, O. et al. "Molecular Evolution of Zika Virus During Its Emergence in the 20th Century", in *PLoS Neglected Tropical Diseases*, 8(1), 2014, p. e2636.
- GALEA, S.; VLAHOV, D. "Urban Health: Evidence, Challenges, and Directions", in *Annual Review of Public Health*, 2005, 26:341-65.
- MOORE, M.; GOULD, P.; KEARY, B. S. "Global Urbanization and Impact on Health", in *International Journal of Hygiene and Environmental Health*, 206, 2003, pp. 269-78.
- MORENS, D. M.; FOLKERS, G. K.; FAUCI, A. S. "The Challenge of Emerging and Re-emerging Infectious Diseases", in *Nature*, 430, 2004, pp. 242-9.
- PEIRIS, J. S. M. et al. "SARS Study Group. Coronavirus as a Possible Cause of Severe Acute Respiratory Syndrome", in *Lancet*, 361(9.366), 2003, pp. 1.319-25.
- ROBERTS, L. "9 Billion?", in *Science*, 333, 2011, pp. 540-43.
- SATCHER, D. "Emerging Infectious: Getting Ahead of the Curve", in *Emerging Infectious Diseases*, 1(1), 1995, pp. 1-6.
- SPENCER, H. C. et al. "Disease Surveillance and Decision-making After the 1976 Guatemala Earthquake", in *Lancet*, 310, 1977, pp. 181-4.
- STIMSON, G. "The Future of Global Health Is Urban Health", in *Lancet*, 382, 2013, p. 1.475.
- TAUBENBERGER, J. K.; MORENS, D. M. "1918 Influenza: the Mother of All Pandemics", in *Emerging Infectious Diseases*, 12, 2006, pp. 15-22.
- WORLD Health Organization. *Global Health Observatory: Urban Population Growth*. Disponível em: http://www.who.int/gho/urban_health/situation_trends/urban_population_growth_text/en/. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.